

VOGEL, Christine:

Guerra aos jesuítas. A propaganda antijesuítica do Marquês de Pombal em Portugal e na Europa.

636 págs., TEMAS E DEBATES-CÍRCULO DE LEITORES, LISBOA 2017 (19,90 €)

Professora de história moderna na Universidade de Vechta, Christine Vogel é uma conceituada historiadora do antijesuítismo europeu no século XVIII. Editada em 2017 pela Temas e Debates, a *Guerra aos jesuítas. A propaganda antijesuítica do Marquês de Pombal em Portugal e na Europa* é uma tradução da sua tese de doutoramento: *Der Untergang Gesellschaft Jesu als europäisches Medienereignis (1758-1773)* (Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2006). A tradução, há muito desejada pela academia portuguesa, esteve a cargo da historiadora Cristina Osswald, enquanto que o prefácio foi assinado por José Eduardo Franco, um dos mais reputados especialistas na história do antijesuítismo em Portugal. A par de *O mito dos jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX)* (Lisboa: Gradiva, 2006), de

José Eduardo Franco, a *Guerra aos jesuítas* é uma das mais importantes contribuições sobre a campanha propagandística de Pombal e sobre a sua influência no debate antijesuíta na Europa, desde os conflitos no Grão-Pará e Maranhão em 1755 até à promulgação do breve de supressão *Dominus ac Redemptor* em 1773.

A *Guerra aos Jesuítas* revela uma pesquisa arquivística de grande envergadura. Além de trabalhar com importantes fontes alemãs, francesas, italianas, espanholas e portuguesas, a autora dedicou grande parte da sua investigação à análise aprofundada de propaganda iconográfica e de periódicos iluministas como as *Nouvelles ecclésiastiques*, as *Nouvelles intéressantes*, o *Hamburgische Correspondent* e a *Gazette d'Amsterdam*. Esta análise é, sem dúvida, um dos contributos mais significativos de Vogel para a história do debate antijesuíta neste período. Por não se focar apenas no estudo das principais obras polémicas, mas na história da sua recepção europeia, nomeadamente através da imprensa periódica, a tese de

que «um acontecimento mediático internacional como foi o declínio da Companhia de Jesus constituiu um momento de eficaz intensificação comunicativa» sai particularmente reforçada (p. 9). Por outro lado, o estudo comparado de um «acontecimento escandaloso» como a supressão da Companhia de Jesus contribui fundamentalmente para uma melhor «compreensão do iluminismo como processo histórico», sobretudo no que diz respeito à definição «do iluminismo como processo de comunicação». (pp. 12-13).

Na primeira parte do livro, Christine Vogel começa por traçar as origens do antijesuitismo, referindo-se a algumas das principais polémicas em que os jesuítas estiveram envolvidos desde o século XVI, como o exame dos *Exercícios Espirituais* pelo Bispo de Toledo, os debates na Sorbonne e a questão dos ritos chineses (pp. 45-47). Contudo, a questão que merece maior atenção, pela sua importância para o debate antijesuíta no século XVIII, diz respeito às controvérsias sobre a doutrina da graça entre jesuítas e jansenistas (pp. 48-58). Entre 1728

e 1739 funcionavam, em Paris, pelo menos trinta tipografias jansenistas clandestinas, sendo o periódico semanal *Nouvelles ecclésiastiques* (1728-1803) «o sinal mais claro do sucesso» destas tipografias (p. 59). Com uma tiragem que variou entre os 2000 e os 6000 exemplares, as *Nouvelles ecclésiastiques* desempenharam, como a autora tão bem ilustra ao longo de todo o livro, um papel decisivo na difusão de uma «determinada opinião pública jansenista, e portanto antijesuíta» (p. 60).

A segunda e a terceira partes constituem o cerne do livro e são dedicadas, respectivamente, à questão jesuíta portuguesa (pp. 71-298) e à proibição dos jesuítas em França (pp. 301-434). No que diz respeito ao caso português, Vogel começa por mencionar, brevemente, os principais acontecimentos que antecederam o atentado contra o rei D. José em Setembro de 1758, nomeadamente os conflitos no Grão-Pará e Maranhão, a expulsão dos jesuítas do Brasil, a expulsão da Corte, e a nomeação do cardeal D. Francisco de Saldanha como visitador e reformador dos jesuítas

da Assistência Lusitana. Além de se referir à importância da *Relação abreviada* (1757), dos *Erros ímpios e sediciosos* (1759) e da *Collecção dos negócios de Roma* (1760) na construção do antijesuitismo português, a autora detém-se sobretudo com a imprensa periódica e com o seu papel na construção do antijesuitismo europeu. Publicada por Jean-Pierre Viou entre 1759 e 1761, e a par das *Nouvelles ecclésiastiques*, a gazeta *Nouvelles intéressantes. Au sujet de l'attentat commis le 3 Septembre 1758 sur la Personne Sacrée de Sa Majesté Très-Fidèle, le Roi de Portugal*, desempenhou um papel particularmente significativo neste contexto, alimentando a curiosidade europeia sobre o atentado contra o rei D. José, o processo dos Távoras e a questão dos jesuítas. Apesar do atentado ter sido um dos principais temas recuperados na imprensa periódica estrangeira, a condenação de Gabriel Malagrida representou uma incongruência para os opositores dos jesuítas, sobretudo porque não conseguiam explicar «por que razão o principal acusado jesuíta não tinha, ao contrário

do que era esperado por todos, sido condenado por alta traição pela Mesa da Consciência, mas pela Inquisição e por heresia» (p. 150). Esta incoerência no processo fez com que um editor de Amesterdão passasse «rapidamente à posição de crítico», defendendo que esta condenação pela Inquisição parecia ser uma prova de inocência do envolvimento do jesuíta na conspiração (pp. 150-151). Num período em que as relações diplomáticas estavam cortadas com a Santa Sé, a principal justificação apresentada prendia-se com o facto da justiça divina (e portanto de um tribunal eclesiástico como a Inquisição) ter prevalência sobre a justiça humana (p. 151).

Para a difusão (e construção) da acusação de que os jesuítas defendiam o tiranicídio, o círculo de Archetto e o partido jansenista de Paris foram fundamentais. Ainda que tenha havido alguns esforços apologéticos, como do editor da revista *Storia letteraria d'Italia*, Francesco Zaccaria, a influência destes escritos foi praticamente negligenciável. Uma das principais teses deste capítulo é que, apesar

do inegável empenho de Pombal (e, acrescente-se, de Almada e Mendonça junto da Santa Sé, de Mendonça Furtado no Brasil e de Paulo de Carvalho no governo do Santo Ofício), o êxito de uma campanha propagandística europeia resultou sobretudo «da dinâmica própria e da forte procura do público europeu» (p. 138). Por isso, jansenistas como Pierre Olivier Pinault, tradutor de alguns libelos antijesuítas para francês, não deveriam precisar de «incentivos especiais do ministro português para tornar os textos antijesuíticos acessíveis ao vasto público de língua francesa na Europa» (pp. 138-139). Christine Vogel conclui o capítulo sobre a questão portuguesa, caracterizando o discurso antijesuíta português como um discurso conspirativo (pp. 235-262). Nesse sentido, os *Erros ímpios e sediciosos* foram, certamente, o libelo antijesuíta mais relevante nesta fase do debate. Retomando o estilo e alguns argumentos dos *Monita secreta Societatis Iesu*, os *Erros ímpios e sediciosos* contribuíram de forma crucial para a construção e difusão da imagem dos jesuítas

como tiranicidas. Não deixa de ser significativo que, apesar de Acquaviva ter proibido todos os jesuítas de justificarem o tiranicídio, seria sobretudo a interpretação de Roberto Bellarmino sobre a precedência do poder espiritual sobre o poder temporal que iria prevalecer nos séculos XVII e XVIII. A predominância desta interpretação fortaleceu, ainda que indirectamente, as acusações de ultramontanismo e de defesa do tiranicídio, sobretudo por parte dos círculos jansenistas.

Enquanto que o caso português se encontra representado na primeira fase do debate, a questão francesa é predominante na segunda fase. As semelhanças e diferenças entre os dois casos são apresentadas com grande clareza por Christine Vogel na terceira parte deste livro, em que se analisa a segunda fase do debate jesuíta. Enquanto que, no caso português, o atentado contra D. José foi a principal justificação para a prisão e expulsão dos jesuítas portugueses, a questão francesa não foi despoletada pelo governo ou pela Coroa, mas sim pelas «forças que se opunham, há muito e de modo cada vez

mais acentuado, ao rei», nomeadamente os parlamentos e os tribunais imperais (p. 301). Ainda que o papel de Choiseul não possa ser negligenciado, a autora defende que a crise político-religiosa que se seguiu ao atentado de Damiens em 1757, a oposição à bula *Unigenitus* e a recusa de sacramentos aos jansenistas foram a força motriz da propaganda antijesuíta nesta segunda fase do debate. Neste capítulo é destacado o papel de Louis-Adrien Le Paige, «um dos actores mais importantes, não só do debate jesuíta, como da propaganda jansenista e pró-parlamentarista em geral» (p. 318). Juntamente com Christophe Coudrette, publicou a *Histoire générale de la naissance et des progrès de la Compagnie de Jésus* (1760), uma das obras mais influentes deste período. A autora refere ainda brevemente o caso Lavalette, em que o Geral Ricci foi condenado a pagar, em nome dos jesuítas, um milhão e quinhentos e cinquenta mil libras, por causa das dívidas contraídas pelo jesuíta Antoine Lavalette na Martinica (pp. 341-344). Na segunda fase do debate, surgiram mais escritos apoloéticos do que na primeira

fase, nomeadamente a *Apologie générale de l'Institut et de la doctrine des Jésuites* de Joseph-Antonio-Joachim Cérutti (1762) e os *Extraits des assertions* (1763-1765) de Jean-Nicolas Grou e Henri Sauvage (pp. 364-371). Apesar de a partir da publicação dos *Extraits des assertions* os jesuítas franceses terem recebido «finalmente um apoio digno de nota», sobretudo do episcopado e da Santa Sé, este apoio acabou por se revelar ineficaz dada a força da propaganda jansenista, como bem ilustra Christine Vogel neste capítulo (p. 371).

A quarta parte de *Guerra aos jesuítas* é dedicada à supressão da Companhia de Jesus e ao fim dos debates (pp. 437-460). Neste breve capítulo, é apresentado sumariamente o declínio dos jesuítas depois da expulsão de França, destacando-se a expulsão dos jesuítas de Espanha, Nápoles e Parma (pp. 439-447) e a publicação do breve *Dominus ac Redemptor* por Clemente XIV em 1773 (pp. 447-455). Nas «Notas finais» (pp. 463-492), são retomados alguns dos principais argumentos apresentados ao longo do livro, nomeadamente: 1) O sucesso da campanha pombalina

baseou-se «numa rede de periodistas provenientes das fileiras jansenistas francesas e italianas», e por isso dependeu, em grande medida, do círculo do Archeto de Roma e do partido jansenista de Paris (p. 463); 2) As apologias escritas na primeira fase do debate não conseguiram contrabalançar a imprensa antijesuíta coeva, porque foi concedida à campanha portuguesa «uma especial autoridade no domínio público (p. 464); 3) Os periódicos jansenistas, nomeadamente as *Nouvelles ecclésiastiques*, foram fundamentais na segunda fase do debate (p. 465); 4) Neste período só existe praticamente iconografia antijesuíta, o que «é tanto mais surpreendente quanto

os jesuítas eram tradicionalmente considerados muito experientes e conhecedores em matérias de artes visuais», como ilustram as «edições profusamente ilustradas dos Exercícios Espirituais e a luxuosa obra *Imago Primo saeculi*» (p. 466). No entanto, mais do que um resumo das principais conclusões a que a autora chegou ao longo da sua investigação, as «Notas finais» oferecem interpretações muito significativas para a compreensão do fenómeno do antijesuitismo setecentista, e para a história do iluminismo europeu, fazendo jus à grande qualidade da obra e ao seu inestimável contributo para a história do debate jesuíta entre 1758 e 1773. - *Francisco Malta Romeiras*